

# Educação procura avançar no Brasil

■ Sociedade civil, empresas e governo investem na qualidade do ensino escolar para garantir competitividade da economia do país

Belo Horizonte — Eugênio Gurgel

JOÃO CARLOS FIRPE PENNA \*

BELO HORIZONTE — Qual a diferença entre uma criança brasileira que chegou à idade escolar no início dos anos 90 e outra que está ingressando agora na escola? Para sorte — e felicidade — da mais nova, há um abismo entre a realidade educacional das duas épocas. Por mais que o Brasil esteja enfrentando crises e dificuldades ao longo da década, a situação da educação melhorou muito. Um dos principais motivos foi a entrada em campo de empresários e suas entidades de classe, assim como de instituições não-governamentais, decididas a investir na educação como forma de garantir a competitividade da economia do país. Por outro lado, os governos estão também muito mais sensíveis e comprometidos com o ensino.

Esta é uma das principais conclusões tiradas — com o consenso de importantes especialistas presentes — do V Congresso Qualidade em Educação, promovido pelo Grupo Pitágoras, semana passada, na capital mineira.

Com a presença de 2 mil participantes no local do evento e outros 12 mil em mais de 30 cidades do país, com transmissão ao vivo via satélite, o congresso reuniu educadores de diversas áreas, contando com a presença de palestrantes de vários países.

De acordo com Evando Neiva, presidente do Pitágoras — o segundo maior grupo de ensino privado do país —, o cenário da educação hoje nada tem a ver com o do início da década, quando o fracasso do ensino, a altíssima repetência, a evasão escolar e a insatisfação salarial de professores — devido aos desequilíbrios inflacionários — “eram manchetes constantes dos jornais”.

Segundo Neiva, com a universalização da matrícula, 96% das crianças brasileiras com idade entre 7 e 14 anos estão matriculadas — percentual que sobe para 98% em Minas Gerais. “O desempenho na escola é melhor, pois o antigo clientelismo e o populismo na escola pública foram substituídos por políticas educacionais comprometidas com os resultados. Hoje vemos redução drástica na repetência e na evasão”, analisa Neiva.

**Eleição** — Ele cita o exemplo do próprio estado de Minas, no qual vem ocorrendo uma política de gestão democrática na educação pública desde o início da década, quando diretores das escolas passaram a ser eleitos por



O congresso na capital mineira tratou de alianças estratégicas na educação e mostrou que, do início dos anos 90 para cá, melhorou o desempenho dos alunos na escola

voto direto das comunidades, para mandatos de três anos. “Com a democratização, vieram as descentralizações administrativa, financeira e pedagógica”, acrescenta.

O presidente do Pitágoras mencionou dois outros fatores que vêm contribuindo para a melhoria do ensino: a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, que flexibilizou o trabalho das escolas, ao dar liberdade para que cada uma crie seu projeto pedagógico, dando autonomia de ação e valorizando o universo cultural local; e o projeto Toda Criança na Escola, desenvolvido pelo MEC.

Para o educador e consultor da Unesco Antônio Carlos Gomes da Costa, também presente ao encontro, há hoje uma clara mudança de postura do empresariado brasileiro em relação à agenda educacional, que está sendo colocada como prioritária, ao lado da agenda econômica das empresas.

Com a experiência de consultor de grandes empresas e instituições — como Grupo

Odebrecht, Instituto Ayrton Senna, Fundação Abrinq, Rede Globo, entre outras —, Antônio Carlos Gomes da Costa identifica três tipos de ações empresariais atualmente no país.

**Intervenção** — A primeira é uma ação macropolítica, de ampla visibilidade nacional, como o projeto de aceleração de aprendizagem, mantido pela Petrobrás, Ministério da Educação e Instituto Ayrton Senna. O segundo é uma ação micropolítica, de intervenção na comunidade local — como ocorre em Timóteo (MG), onde a Fundação Acesita adotou as escolas públicas, reduzindo drasticamente a repetência e a evasão. O terceiro tipo é uma ação corporativa e molecular, muito localizada, porém igualmente importante — como no caso de cursos de alfabetização em canteiros de obras e acompanhamento escolar para filhos de funcionários.

Segundo Gomes, essas ações, que antes eram alternativas à ação do poder público, agora “tornam-se alternativas, isto é, passam a

alterar os rumos da própria política pública, devido aos bons resultados apresentados”.

Para a psicóloga Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna, que falou no encontro sobre alianças estratégicas das empresas em prol da educação, o Brasil enfrenta três grandes desafios para o próximo milênio: um econômico — a inserção competitiva do país na economia globalizada —, um político — a elevação da participação democrática da população nas decisões nacionais — e um social — a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

“Não resta a menor dúvida de que esses desafios começam a ser resolvidos na sala de aula”, disse Viviane. Trata-se, segundo a irmã de Ayrton Senna, de uma questão pública, o que é diferente de governamental, merecendo por isso a co-responsabilidade dos vários segmentos da sociedade brasileira.